

Protocolo Não se Cale chega a mais de 100 mil profissionais

Ação consolida rede de proteção em bares, restaurantes e casas de show

Mais de 100 mil profissionais de bares, restaurantes e casas de show já concluíram o curso de capacitação do Protocolo Não se Cale, criado pelo Governo de São Paulo para preparar funcionários dos estabelecimentos para atender mulheres vítimas de violência. Desde 2023, quando a iniciativa foi implantada por decreto, até fevereiro de 2026, 100.815 pessoas passaram pela formação completa.

O treinamento online capacita garçons, seguranças, recepcionistas – e demais colaboradores dos estabelecimentos – para serem agentes de uma rede de acolhimento capaz de agir antes mesmo da chegada da polícia.

Apenas em 2025, 56.429 profissionais concluíram a capacitação, um salto em relação aos 35.692 formados nos dois primeiros anos do programa. Em 2026, outros 8.694 já finalizaram o treinamento até o dia 1º de março. O interesse pela formação também cresceu: o número de inscritos no curso subiu 10,5% em 2025, che-

gando a 62,1 mil novos cadastros no período. Desde o lançamento do protocolo, em 2023, mais de 145 mil pessoas foram inscritas.

“O Protocolo Não Se Cale estabelece diretrizes claras sobre como proteger, acolher e orientar e agir de forma responsável quando necessário. Trata-se de uma política pública que qualifica o cotidiano de toda essa cadeia, promovendo ambientes mais seguros e reforçando que bares, eventos e casas de show são espaços de convivência, respeito e atenção, evitando qualquer situação de risco à mulher”, diz Adriana Liporoni, secretária de Políticas para a Mulher.

Como funciona a capacitação

Desenvolvido pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp, o curso é online, gratuito e tem carga horária de 15 horas, oferecido pela plataforma de Ensino à Distância da Fundação Procon-SP. Nas aulas, os profissionais aprendem a iden-



Treinamento online capacita garçons, seguranças, recepcionistas e demais colaboradores

tificar comportamentos de risco e a preservar provas, como imagens de câmeras de segurança.

Para quem deseja se capacitar, o curso online e gratuito do Protocolo Não se Cale está disponível nos portais da Secretaria da Mulher e do Procon-SP. Acesse: https://www.mulher.sp.gov.br/sec_mulheres/nao_se_cale

Além da capacitação, os estabelecimentos devem fixar cartazes informativos sobre o Protocolo em locais de fácil visualização, como balcões, caixas e banheiros femininos. O material pode ser baixado gratuitamente no site da SP Mulher.

Sinal de socorro silencioso

Na prática, o protocolo funciona como um botão de emergência silencioso. Se uma mulher estiver em perigo, ela pode fazer o sinal universal de socorro com a mão ou pedir ajuda verbalmente.

A partir desse momento, o funcionário capacitado deve retirá-la imediatamente do alcance do agressor, levando-a para uma sala reservada até a chegada da polícia ou do socorro médico.

“Cada vez mais as pessoas estão se conscientizando e reconhecendo a importância do Sinal Universal de Socorro – que é o gesto de levantar a mão aberta, dobrar o polegar sobre a palma e fechar os demais dedos por cima. É um gesto curto, com resultado largo na prevenção à segurança das mulheres”, observa o diretor Executivo do Procon-SP, Luiz Orsatti.

Fiscalização e expansão da rede

O programa evoluiu da fase de conscientização para a de fiscalização. Ações em parceria com o Procon-SP já orientaram mais de 3 mil estabelecimentos sobre a obrigatoriedade de afixar cartazes

e capacitar equipes. Em todo o estado, mais de 5 mil fornecedores foram orientados em 379 cidades.

No ano passado, a rede de proteção se expandiu para academias e centros esportivos, por meio de parceria com o Conselho Regional de Educação Física de São Paulo (CREF4-SP), e para clínicas e consultórios, em parceria com o Conselho Regional de Odontologia de São Paulo.

Em um estabelecimento que adota o Protocolo Não Se Cale, os funcionários passam por capacitação obrigatória, gratuita e online para aprender a identificar situações de assédio, acolher a mulher e agir de forma adequada, sem revitimização. Quando há um pedido de ajuda ou identificação de risco, a mulher deve ser levada para um local reservado e seguro, afastado do agressor e de terceiros, garantindo sua segurança física e emocional.

SP cria sistema para registrar violência contra a mulher no local da ocorrência

Divulgação/Governo de SP

O Governo do Estado de São Paulo criou um sistema inédito para fortalecer o enfrentamento à violência contra a mulher, ampliar a proteção das vítimas e evitar a subnotificação de casos. A formalização do crime poderá ser feita imediatamente pela Polícia Militar, já no primeiro atendimento da ocorrência, sem que a vítima precise se deslocar até uma delegacia para registrar o boletim.

Para colocar isso em prática, haverá um módulo específico para o registro de casos de violência doméstica na plataforma do Registro Integrado de Evento de Segurança Pública (Riesp), chamado Riesp-DV. Esse registro será imediatamente compartilhado com umas das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) da Polícia Civil.

A solução veio após o Núcleo

Estratégico Interdisciplinar do programa SP Mulher, composto de policiais civis, militares e técnico-científicos e representantes da Secretaria da Mulher, apontar que uma das maiores dificuldades sobre o tema era justamente a subnotificação.

O grupo constatou que, em casos em que não há flagrante, grande parte das vítimas que acionavam o 190 para pedir apoio da Polícia Militar acabava por não seguir com o registro formal em uma delegacia da Polícia Civil, responsável pelas investigações e pelos pedidos de medidas judiciais contra o agressor.

Para a secretária de Políticas para a Mulher, Adriana Liporoni, a iniciativa representa um avanço na articulação entre diferentes órgãos do estado. “A violência doméstica exige uma resposta rá-



Cabine Lilás é uma das iniciativas para apoiar mulheres

pida e coordenada. Ao integrar as polícias e a rede de proteção desde o primeiro atendimento, garantimos que a mulher não fique sozinha no momento em que decide pedir ajuda”, afirmou.

Integração

Com o novo sistema, o policial militar poderá, ainda no local da ocorrência e com a autorização da vítima, registrar o boletim de ocorrência. As in-

formações serão integradas à Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) Online, que fará a análise do caso e dará andamento aos procedimentos de polícia judiciária necessários.

A iniciativa, ainda em fase de testes, deve começar em Santos até o fim deste mês. A expectativa é que o sistema seja expandido para todo o estado de São Paulo nos próximos meses.

“Essa comunicação conjunta vai ser muito importante para a mulher. Nós vamos saber que ali há um problema pois todos os casos serão automaticamente compartilhados com a Polícia Civil, que também registrará no seu sistema para adoção das demais providências legais”, afirmou o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves.